

A12024-1

POLÍTICA

Mudanças gerais nas eleições

Reforma política, que prevê uso de dinheiro público em campanha a partir de 2006, vira prioridade na Câmara

ELIANE PROSCHOLDT
JALDECY PEREIRA

Sob o impacto das denúncias envolvendo o ex-assessor do Palácio do Planalto Waldomiro Diniz, acusado de cobrar propina para financiar campanhas eleitorais, a reforma política, que prevê mudanças na legislação eleitoral e partidária a partir de 2006, será priorizada pela Câmara Federal a partir deste mês.

Entre as propostas polêmicas da reforma está a lista fechada para eleições proporcionais (deputados federais, estaduais e vereadores), financiamento público de campanha, fim das coligações e fidelidade partidária.

Caso a lista fechada seja aprovada, os eleitores deverão votar no partido e não mais nos candidatos, como ocorre hoje.

Antes, porém, haverá uma convenção para que seja feita uma lista pré-ordenada de nomes. Aqueles candidatos que estão no mandato serão os primeiros a encabeçar a lista.

Se tiver mais de um parlamentar da mesma sigla exercendo mandato, terá melhor classificação aquele com maior número de votos nas eleições anteriores.

Mesmo com a aprovação da reforma antes das eleições deste ano, a mudança só ocorrerá em 2006.

A reforma também prevê o financiamento público de cam-

panha acabando com os patrocínios de pessoas físicas e jurídicas. A proposta é que a campanha seja financiada com recursos públicos da União, cujo valor será limitado em R\$ 812 milhões a ser distribuído aos estados.

Por telefone, o relator da Comissão Especial da Reforma Política, deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), disse que no atual sistema existem muitos candidatos que são patrocinados pelo narcotráfico, jogo do bicho e outras atividades ilícitas.

Outra polêmica é a mudança do prazo de filiação partidária para os candidatos. Pela proposta, a primeira filiação deverá ocorrer até um ano antes do pleito. Em caso de troca de partido, o prazo sobe para dois anos. A atual legislação prevê um ano.

O fim das coligações nas eleições proporcionais também está sendo motivo de debates. Isso porque as siglas e as federações partidárias poderão celebrar coligações somente para a eleição majoritária.

Para discutir um acordo que garanta regime de urgência na aprovação da reforma, o presidente da Câmara Federal, João Paulo Cunha (PT-SP), se reúne na quinta-feira com os líderes partidários.

Pequeno partido pode sumir

Um dos temores que gira em torno da aprovação da reforma política é sobre o possível desaparecimento dos pequenos partidos, tidos como "siglas de aluguel".

Por isso, os partidos com menor representatividade no Estado já se articulam em torno de coligações e a formação de uma frente partidária a fim de eleger candidatos a vereador ainda este ano.

O presidente estadual do Partido Social Democrata Cristão (PSDC), Luiz Carlos Amorim, acredita que os membros de sua sigla não precisam temer o "fantasma" da extinção. "Seremos a terceira legenda mais votada em locais como São Mateus, Linhares e Serra", aposta.

Além do PSDC, a movimentação é grande em torno do PRP, PSL, PT do B e PSDU, considerados pequenos.

O Brasil conta hoje com 27 partidos políticos. Deste total, 26 estão representados no Espírito Santo. A exceção está com o PCB, conforme informou o Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Quanto à possibilidade de no futuro existir somente dois partidos políticos — um de esquerda e outro de direita —, conforme pre-

AS MUDANÇAS PROPOSTAS

Financiamento público de campanha

Doações

Serão proibidas as doações em campanhas eleitorais e o uso de recursos em dinheiro provenientes de pessoas físicas e jurídicas, bem como dos partidos e federações partidárias.

União

As doações virão da União e serão entregues diretamente aos partidos, não aos candidatos. As despesas da campanha eleitoral serão de responsabilidade dos partidos e federações partidárias.

Cálculos

O valor do financiamento para o País será limitado em R\$ 812 milhões, que será repassado aos estados da federação. No entanto, a verba não será dividida em igual valor. Os partidos que tiverem maior representatividade nas câmaras municipais e federais e no Senado ficarão com a maior parte.

Comício

Serão permitidos comício e espetáculos como showmício. Porém, o candidato não poderá receber nenhum tipo de contribuição. Exemplo: um amigo cantor que queira fazer um showmício deverá cobrar o preço de mercado, sendo proibida a apresentação gratuitamente. O valor do cachê deverá ser lançado na prestação de contas do partido.

Prestação de contas

Os partidos políticos, as coligações e federações partidárias deverão apresentar uma primeira prestação de contas do uso dos recursos 45 dias antes da data da eleição e a segunda até 10 dias após o pleito. Hoje essa prestação é feita 30 dias após a eleição.

Punições

No caso de doação de pessoa física, a multa é de cinco a 10 vezes a quantia doada. Já para as doações de pessoas jurídicas, além da multa semelhante, a empresa fica proibida de participar de licitações públicas e de firmar contratos com o Poder Público pelo período de 5 anos. O candidato que descumprir estará sujeito à cassação.

PALAVRA DO ELEITOR

O que eles dizem sobre uso de dinheiro público em campanha eleitoral

"O DINHEIRO PODERIA SER USADO EM OUTRAS COISAS"

"Se os candidatos ficassem só com o dinheiro do governo, tudo bem. E se o governo tivesse esse dinheiro para financiar as campanhas eleitorais, tudo bem também. Mas parece que não tem.

Acho que cada um deve fazer a sua parte. O dinheiro público usado no financiamento de campanha poderia ser destinado para outras coisas".

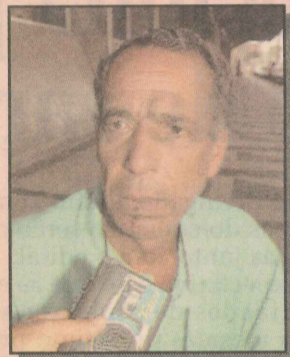
Natalina Sabadine, 49 anos
Atendente



"ENQUANTO ISSO, O BRASILEIRO PASSA FOME"

"Não concordo. A gente vê tantas pessoas passando fome no País. Neste Carnaval mesmo vimos muitos gastos desnecessários. Enquanto o brasileiro passa fome, os políticos estão preocupados em gastar o dinheiro público com eleição. Eles também estão querendo cobrar do consumidor uma taxa de enchente em caso de chuvas, pode?"

Edílio Mangabeira Dias, 57 anos
Aposentado



"O GOVERNO DEVERIA LIMITAR UM VALOR"

"Eu concordo desde que sejam limitados valores para cada cargo. E que seja também punido severamente quem usa o dinheiro de empresários.

Senão vai ser aquele eterno problema: financiamento de campanha em troca de facilidades. Acho que o governo deveria limitar um valor mínimo para ser usado numa campanha modesta".

Darcy Barbosa, 53 anos
Funcionário público



"TRARÁ MAIOR LISURA AO PROCESSO"

"Concordo sim porque trará maior lisura em relação ao processo eleitoral e poderia acabar, ou até amenizar, a situação em que empresas privadas 'banquem' determinados candidatos.

No atual sistema, quando o candidato é eleito, o empresário que o ajudou recebe o retorno oriundo de corrupção ou irregularidades na administração pública".

Hudson Mariano Carneiro, 29 anos
Advogado

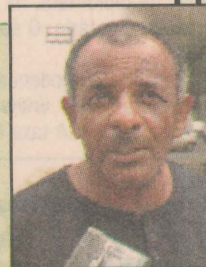


"ISTO SÓ SERVE PARA ENGANAR O POVO"

"Não concordo de maneira alguma. Isso é uma irregularidade que só serve para enganar o povo. Além de enganar, serve também para tirar o dinheiro que deveria ser usado para fazer o bem social.

O Brasil está vivendo hoje num mar de corrupção onde todo mundo quer tirar dinheiro de todo o lado. Essa vai ser mais uma forma de conseguir dinheiro fácil."

Gilberto França Prates, 52 anos, Pedreiro



JUSTIÇA ELEITORAL

Listas fechadas

Voto
Acaba com o voto nominal - o eleitor não vota no candidato, mas no partido - nas eleições proporcionais (deputados federais e estaduais e vereadores) constituindo o voto único de legenda em listas pré-ordenadas.

Convenção
Durante as convenções, de 10 a 30 de junho, será feita a lista para definir os candidatos.
No caso de deputados federais e estaduais aquele que estiver

exercendo o mandato, de acordo com sua classificação pelo número de votos na eleição de 2002, irá encabeçar a lista do partido. Os demais candidatos seguem ordem decrescente.
Em relação aos vereadores, terão prioridade aqueles que vencerem as eleições deste ano. Assim como os deputados, os demais membros da lista serão homologados pelo voto secreto, cuja ordem de classificação será conforme o número de votos obtidos.

Eleitores
Após definição da lista, os eleitores votam em um partido. As listas com os candidatos serão fixadas nos locais de votação. Vencerão as siglas que obtiverem maior votação.

Majoritário
A lista fechada não vale para escolha de candidatos majoritários, como presidente da República, senadores, governadores e prefeitos.

Fonte: Câmara Federal

O QUE ELES DIZEM

“Um ponto que eu concordo é o financiamento público de campanha porque depois que o candidato é eleito ele não tem como dizer não para quem patrocinou sua campanha. Muitos candidatos são patrocinados pelo tráfico, pelo sistema financeiro. Sobre a lista fechada, eu sou contra porque o eleitor não vai mais votar no candidato, ele vota no partido. Isso é um absurdo”.



Deputado federal Neucimar Fraga (PL)

“Não concordo com a lista fechada porque ela beneficia quem tem mandato. Isso não é justo, pois desta forma eu contribuo para que não haja renovação. Acho que as pessoas estão usando isso para se perpetuar no poder. Também sou contra o financiamento público de campanha, pois vai continuar tendo o financiamento privado. Isso é querer ‘tapar o sol com a peneira’. É fora da realidade”.



Deputado federal Carlos Humberto Manato (PDT)

“Concordo com o financiamento público, pois ele acaba com a problemática que temos hoje no Brasil, que são as campanhas financiadas pelo tráfico de drogas e atividades ilícitas. Esses recursos não aparecem na contabilidade, mas é visível no volume de campanha de alguns candidatos. Apesar de ter algumas dúvidas, posso dizer que sou favorável também à lista fechada”.



Deputado federal Renato Casagrande (PSB)

“Sou contra o que eles estão chamando de reforma política porque é uma maneira de alguns parlamentares se perpetuarem no poder, de não haver renovação. Fala-se que o financiamento público vai acabar com a corrupção, mas isso não é verdade. Para combater a corrupção é preciso uma vigência maior da Justiça para que as pessoas não dêem dinheiro por debaixo do pano. Também não aprovo a lista fechada”.



Deputado federal Nilton Baiano (PP)

“Sou favorável à reforma política. Ela vai trazer independência para o político, pois ele não vai precisar pedir dinheiro ao setor privado e ter que ficar devendo favores a um determinado empresário. Além disso, a proposta vai unir ainda mais os membros dos partidos através da lista fechada e valorizar as legendas, diminuindo o troca-troca partidário”.



Deputado federal Marcelino Fraga (PMDB)

Bancada teme a volta dos coronéis

Para deputados e senadores, a reforma vai dar poder demais aos presidentes de partidos

Quando o assunto é a adoção da lista fechada para a escolha do candidato a bancada federal capixaba é praticamente unânime em afirmar que isso representa o retorno dos coronéis ao poder.

Nas listas fechadas os eleitores votam no partido e não mais no candidato. Mas, para a pessoa eleita assumir o cargo que está pleiteando deverá encabeçar uma lista aprovada em convenção partidária, antes das eleições.

O que os parlamentares temem é que alguns presidentes dos partidos poderão influenciar os delegados partidários a escolherem quem eles querem, caracterizando assim um sistema parecido com o coronelismo.

No Brasil, optou-se até agora pela lista aberta. Nela, o voto é dado ao candidato, não à legenda.

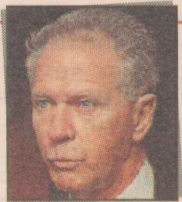
Embora seja presidente do PL e encabece a lista pelo partido, o deputado federal Neucimar Fraga (PL) é contra o novo método.

“Vai voltar a era do coronelismo porque tira do eleitor a liberdade de escolha do candidato. Dizem que a escolha será feita em convenção, mas geralmente os presidentes de partido têm os diretórios na mão”, deduziu.

Para o senador Magno Malta (PL), só vai ganhar a eleição quem é dono de partido. “A lista vai ser vendida, acho que vai rolar uma corrupção só. A eleição vai pertencer aos coronéis e donos do curral eleitoral”, disparou.

O relator da Comissão Especial da Reforma Política, deputado federal Ronaldo Caiado (PFL-GO), admite que poderá haver compra de posição na lista, mas acredita que isso será descoberto e os culpados, punidos.

“O problema da lista fechada é que vai aumentar a influência e o poder dos coronéis partidários, dos chefões de partidos. Vai tirar do eleitor o direito de escolher o candidato. Acho um absurdo o financiamento público de campanha. Imagina a quantidade de candidato que vai arrumar um monte de notas falsas e depois vai dizer que fez campanha, mas perdeu a eleição. O dinheiro vai para o bolso dele”.



Senador Gerson Camata (PMDB)



DIVULGAÇÃO

Caiado é o relator da Comissão Especial da Reforma Política

Estevão/Editoria de Arte

O CORONELISMO

Foi um sistema de poder político que nasceu na época da República Velha (1889-1930), caracterizado pelo poder concentrado em mãos de uma pessoa, geralmente um grande proprietário, um dono de latifúndio, um fazendeiro ou um senhor de engenho próspero.

Guarda Nacional
O título ou a patente de coronel dos grandes proprietários rurais vem de sua participação na Guarda Nacional, criada em 1831.

Império
Durante o império são os coronéis que, com tropas particulares, asseguram a ordem interna. Com a República, a Guarda Nacional é extinta, mas os coronéis mantêm o poder em suas terras e em áreas de influência.

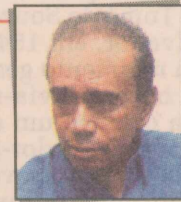
Eleições
Os partidos políticos e as eleições ganham importância a partir da instituição do regime representativo e da ampliação do direito de voto. Mas são os coronéis, apoiados por poderosos grupos regionais, que garantem a eleição de candidatos dos governos federal e estadual durante a República Velha. Eles fazem a propaganda dos candidatos oficiais, controlam o voto não-secreto dos eleitores e a apuração, chegando quase sempre ao resultado esperado.

“Sou contra a lista fechada porque vai ganhar a eleição quem é dono de partido. O sujeito que faz política ideologicamente nunca mais terá chances de ser eleito. Já o financiamento público é bem-vindo porque a coisa vai ficar transparente. Hoje existe muita desigualdade. Quem tem a máquina nas mãos gasta horrores e faz uma prestação de contas que não traduz a verdade”.



Senador Magno Malta (PL)

“Dizem que o bingo emprega umas 100 mil pessoas, mas a jogatina que permeia a política é uma vergonha. Foi preciso uma câmera escondida para iniciar a discussão da reforma política. Será que a gente precisa de outro Waldomiro Diniz no Ministério da Fazenda para podermos isentar os gêneros alimentícios da tributação e só depois combater à fome no País?”



Senador João Baptista Motta (PMDB)



“Voto pela reforma política, mas a discussão é muito maior do que se imagina. Vamos colocar em debate quanto custa para os cofres públicos o financiamento de uma campanha. Em seguida, vamos debater em torno dos problemas de calamidade pública, o drama de milhares de famílias carentes no País. Será que o dinheiro da campanha não vai fazer falta na área social?”

Deputada federal Rose de Freitas (PMDB)

“A reforma política tem que acontecer. Entretanto, é preciso discutir sobre a lista fechada. Para ganhar uma eleição, o candidato deve ser o mais votado pelo povo e não o que estiver como primeiro da lista. O PTB é contra a forma como a proposta está sendo colocada. Até pode continuar com as regras atuais, porém, com a eleição do candidato mais votado. É isso que eu defendo”.



Deputado federal José Carlos Elias (PTB)

“A lista fechada é o ponto de maior divergência nesta proposta de reforma política. A lista não vai dar oportunidade de os eleitores escolherem seu candidato. O brasileiro ainda tem a cultura de votar na pessoa e não no partido, como propõe a reforma. A mudança deveria ser gradual: primeiro a fidelidade partidária e depois a lista fechada”.

Deputado federal Marcus Vicente (PTB)

“Nada mais fácil para controlar a corrupção eleitoral do que o financiamento público. Não creio que os partidos menores acabem após a reforma política. Basta ter uma estrutura ideológica para se manter na disputa. Já as siglas de aluguel, essas vão acabar. O coronelismo tende a desaparecer, na minha opinião, pois se não tem partido de aluguel, não tem coronel”.



Deputada federal Iriny Lopes (PT)

DEPUTADO FEDERAL JOÃO MIGUEL FEU ROSA (PP)

Desde a última quarta-feira, a reportagem de A Tribuna tentou falar com o deputado João Miguel Feu Rosa (PP), mas até o fechamento da edição não houve retorno às ligações. A informação da assessoria de imprensa e do motorista do parlamentar era de que ele estava viajando para Brasília. A assessoria deixou recado na residência dele, no Distrito Federal, mas ele não retornou à ligação. Em seu gabinete, na Câmara Federal, ninguém atendeu às ligações.



A12027-3

ELIO GASPARI

A ruína histórica, com Lula

FOLHAIMAGEM+ALEX FREITAS

Na sexta-feira, quando o IBGE mostrou o tamanho do desastre ocorrido na economia nacional em 2003, Lula fechou o primeiro ano do seu programa PIB Zero. A ekipekonômica conseguiu um prodigioso resultado. Tomando-se o primeiro ano de governo qualquer presidente, desde Deodoro da Fonseca, como ponto de partida de uma série de nove anos, os doutores Antonio Palocci e Henrique Meirelles chegaram ao fim do nono ano com um crescimento médio do PIB de 2%. Nenhum outro período produziu resultado tão ruinoso. (Entre 1985 e 1994, conseguiram-se 2,3% anuais.) A série de nove anos justifica-se porque foi em 1995, com a posse de FFHH, que a ekipekonômica formada quase sempre por ex-professores e futuros banqueiros passou a prevalecer nas decisões do governo brasileiro. Essa ruínosa anomalia foi preservada por Lula.

Os doutores Palocci e Meirelles caminham para a finalização da década desgraçada. Mesmo que neste ano o PIB venha a crescer 3%, a média dos últimos 10 anos ficará em apenas 2,1%. Ao estilo de Lula: "É a maior ruína já vista na face do Brasil."

Faltam poucos meses para que se chegue à marca dos dois milhões de desempregados na Grande São Paulo. O governo de Lula produziu desemprego e declínio na renda para o andar de baixo. Ao andar de



Na montagem: Lula e FFHH



Antonio Palocci e Pedro Malan



Gustavo Franco, Arminio Fraga e Henrique Meirelles

cima deu juros altos. Aos dois, impôs uma contração da produção nacional. A ekipekonômica faz tudo isso propagando a lorota segundo a qual os juros altos são necessários para conter a inflação. Falso. Num País onde a população gasta menos em alimentação (porque está comendo menos) a elevação dos juros nada tem a ver com demanda de produtos e serviços. Serve apenas para engordar gatos gordos.

Uma das mistificações prediletas dos governos é fechar um ano com maus números, anunciando boas novas para o ano que vem. (Em janeiro de 2003 os sábios do Banco Central previam um crescimento de 2,8%.) Outra, é dar aos maus resultados um ar ocasional, como se os números do PIB de 2003 fossem a má notícia da semana. Falso. São a má notícia do ano. São o verdadeiro Waldomiro.

Entre 1950 e 1980 o Brasil cresceu a 7,2% ao ano. Se esse ritmo tivesse sido mantido, a renda per capita dos brasileiros estaria hoje no patamar da Espanha. Vale lembrar que esse crescimento ocorreu num mundo de duas guerras (Coréia e Vietnã) e num Brasil onde um presidente matou-se, outro foi-se embora, um terceiro foi deposto.

A partir de 1980, nas palavras do economista Artur Can-

dal, "o Brasil começou a migrar para a África, de volta às suas origens geológicas". Enquanto o México e o Chile progrediram, Pindorama juntou-se ao atoleiro argentino e venezuelano.

Lula fechou o ano com uma contração de 0,2% do PIB, coisa que não acontecia desde 1992. No últimos 60 anos, só dois presidentes tiveram resultado pior: João Figueiredo e Fernando Collor.

ENTREVISTA

Fábio Konder Comparato

(67 anos, professor de Filosofia do Direito da Universidade de São Paulo).

– O senhor publicou um artigo onde diz que, diante da "ruína moral" da administração federal petista, é necessária a criação de um "contrapoder popular" para aperfeiçoar a organização política do Brasil. O que seria isso?

– Nós temos excelentes exemplos de organização da sociedade. No campo dos direitos do consumidor, com o IDEC. Na defesa e na vigilância da moralidade pública, com o Transparência Brasil. Acima de todos, pela amplitude, o Movimento dos Sem Terra. Temos ainda magníficos exemplos de organização de comunidades. Proponho que essas entidades se agrupem numa federação, unidas em torno de princípios básicos, com lideranças afastadas da competição eleitoral. Para funcionar, precisa ser simples, leve. Trata-se de organizar um contrapoder popular sem semelhanças com os partidos políticos. É preciso aproximar as pessoas em torno de propostas, sem projeto

de exercício do poder formal. A federação de ONGs seria um instrumento de controle democrático do poder. Minha experiência nas 10 escolas de governo que funcionam no País ensinou-me que há milhares de jovens desentendidos com os partidos, querendo fazer alguma coisa pelo Brasil. Somos uma nação fundada pelo Estado. Quando Tomé de Souza desceu em Salvador, em 1549, ele trazia um regimento geral de governo onde previa-se tudo. Tinha consigo um ouvidor-geral, um provedor-geral. Tinha tudo, menos o povo, fisicamente ausente, porque os índios não eram vistos como gente e os brancos mal tinham chegado. O que falta para a política brasileira funcionar normalmente é a organização do povo.

– Ao falar em "ruína moral" o senhor não pegou pesado?

– Hesitei muito para usar essa expressão, sobretudo a palavra ruína. Pensei que pu-

desse dizer "abalo moral", mas convenci-me de que não podia fazê-lo. Não podia porque um abalo moral é algo remediável e, infelizmente, estou convencido de que houve uma quebra definitiva da confiança dos militantes em relação ao governo. Esse é um elemento irremediável. Há o argumento de que nada se fez que os outros já não tivessem feito. Ele agrava a questão, pois confiava-se num governo exatamente porque não se confiava nos outros. Confúcio ensinou que o governante precisa dar três coisas aos súditos: comida, segurança e confiança. Uma só coisa ele não podia retirar: a confiança. Quando usei a expressão ruína senti muita dor. Eu mantinha a esperança, mas ela se acabou.

– O que vem a ser esse "contrapoder popular"?

– O contrapoder popular é a ação para conter o poder formal. Não de combatê-lo com o objetivo de eliminá-lo, mas de tentar torná-lo mais eficaz.

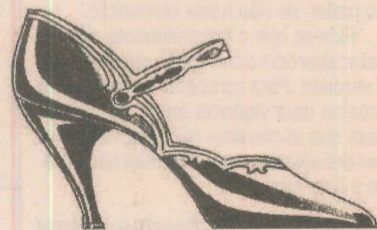


DAUMIER

Para os gregos, quando os deuses queriam enlouquecer alguém, davam-lhe orgulho e insolência. Sem controles, os poderosos perdem a medida de suas limitações e a percepção das opiniões alheias. Eu acredito que há no Brasil uma teia de organizações de defesa dos direitos das pessoas e da boa prática administrativa. Elas podem se juntar, formar uma coisa nova em relação ao velho esquema da separação de poderes. A novidade está no fato de que o controle é exercido verticalmente, do povo em relação aos governantes. Na fórmula tradicional são os órgãos do Estado que se controlam mutuamente.

Cuidado

Quando der confusão, ninguém deve reclamar: a nobiliarquia financeira do PT aproximou-se socialmente do pedaço do andar de cima onde funcionou a parte mais agredida dos financiamentos da banca.



Aviso ou ordem

O senador Aloizio Mercadante foi informado de que deve parar de atrapalhar a vida do comissário José Dirceu.

Se vai adiantar alguma coisa, não se sabe.

